

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

RECOMENDAÇÃO CORGE-MPM 1/2025, DE 11 DE JULHO DE 2025

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar 75/1993,

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 75/1993, em seu artigo 236, incisos V e IX, preconiza, dentre os deveres dos membros do Ministério Público da União, o de desempenhar com zelo as suas funções;

CONSIDERANDO que a atuação diligente dos membros do Ministério Público Militar contribui para a eficiência e transparência da atuação institucional;

CONSIDERANDO que assinaturas eletrônicas realizadas por meio do Portal <u>gov.br</u> e por outros sistemas, a exemplo do Acrobat Reader, não identificam o cargo do subscritor;

CONSIDERANDO que o processo de assinatura realizado pelo Ministério Público Militar por meio do Sistema SAJ-MP corresponde à autenticação digital da peça, não gerando a firma ostensiva no documento peticionado no *e-Proc/*JMU;

CONSIDERANDO que a Justiça Militar da União, com a finalidade de cumprir fielmente o disposto no art. 278, alínea c, e art. 279, alínea b, ambos do CPPM, utiliza a versão impressa de denúncias e demais pronunciamentos ministeriais, quando necessário;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de identificação do nome e do cargo do membro do Ministério Público Militar na contrafé endereçada ao denunciado/acusado, para o pleno conhecimento deste e seu defensor;

RESOLVE:

RECOMENDAR aos membros do Ministério Público Militar a identificação do nome e do cargo do subscritor em todos os pronunciamentos ministeriais realizados por meio dos sistemas eletrônicos utilizados pela instituição.

GIOVANNI RATTACASO

Corregedor-Geral do Ministério Público Militar





A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1686229 e o código CRC C2DE0E86.

19.03.0000.0002765/2025-92

CORGE1686229v8